



**Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas**

**Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER  
(Dec. 5.577/2005)**

**Ata da 6ª. Reunião Ordinária (03 e 04 de abril de 2007)**

**Abertura**

Nos dias 03 e 04 de abril de 2007, no auditório do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) - IBAMA, em Brasília, aconteceu a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER. Os trabalhos foram coordenados pelo Sr. Mauro Pires, do Núcleo Cerrado e Pantanal da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, e estiveram presentes os membros constantes no anexo 1.

**1. Apresentação de novos membros da CONACER e do Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal (NCP) e aprovação das atas das 4ª e 5ª Reuniões Ordinárias**

No início dos trabalhos, houve a apresentação do novo membro da Comissão, o Sr. **Hiparidi Top Tiro** e o Sr. **Gilberto Srewé**, representantes da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC), e dos novos membros do NCP: **Glória Araújo Spezia**, **Eduardo Boucinha de Oliveira**, **Patrícia Metzler Saraiva** e **Iona'i Ossami de Moura**. Em seguida, as atas das 4ª e 5ª Reuniões Ordinárias foram aprovadas, bem como a pauta da presente reunião.

**2. Rede de Pesquisa para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado - COMCERRADO**

A Sra. **Maria Luiza B. Alves** (MCT) e a Sra. **Mercedes Bustamante** (SBPC/Biológicas) apresentam a COMCERRADO aos demais membros da CONACER, e explicam como se deu seu processo de criação, como está estruturada até o momento e quais são os próximos passos da Rede. Dentre as ações futuras estão previstas reuniões temáticas regionais, de forma a levantar o estado da arte do conhecimento do Cerrado e algumas reuniões de cunho político, além do estabelecimento de um banco de dados. Os recursos para a estruturação da rede serão repassados via termo aditivo com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP), de forma a agilizar a estruturação da COMCERRADO. O Sr. **Mauro Pires** (MMA/SBF) explica que esta era uma atividade prevista dentro do Programa Cerrado Sustentável, em seu componente seis: conhecimento e informação.

**3. Iniciativa GEF Cerrado Sustentável e edital de seleção de projetos**

O Sr. **Mauro Pires** (MMA/SBF) faz uma exposição sobre a "Iniciativa GEF Cerrado Sustentável". Explica o processo geral do projeto, o seu desenho, como ele está inserido no Ministério do Meio Ambiente, em que fase ele se encontra no atual momento e o que é necessário para que este projeto conclua a sua negociação e inicie a sua fase de execução. Esta iniciativa provém de uma discussão no âmbito do GT Cerrado, e foi negociada pelo Ministério do Meio Ambiente junto ao Banco Mundial e ao GEF. Sua

finalidade é conseguir uma doação do GEF para ações de conservação e uso sustentável no Cerrado, através de uma agência implementadora, neste caso o Banco Mundial. Este projeto, em sua primeira fase, terá a duração de quatro anos e está orçado no valor de U\$ 13 milhões de doação e U\$ 26 milhões de contrapartida. O objetivo da Iniciativa é dar suporte ao Programa Cerrado Sustentável e está dividido em quatro grandes componentes: 1) Conservação da biodiversidade no Cerrado aumentada; 2) Uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado expandido na paisagem produtiva; 3) Instituições governamentais responsáveis pela conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado e membros da sociedade civil organizada fortalecidas e participando na formulação de políticas públicas; 4) Iniciativa GEF Cerrado Sustentável coordenada e avaliada e o bioma Cerrado sistematicamente monitorado. Este é um projeto do tipo guarda-chuva e será executado por meio de quatro a seis sub-projetos que serão selecionados entre as propostas enviadas por instituições interessadas. Dois destes sub-projetos já estão identificados e negociados. Um deles é o próprio sub-projeto do MMA e o outro é um projeto apresentado pelo estado de Goiás, que irá centrar suas ações no corredor Paranã-Pireneus. O Sr. **Mauro Pires** apresenta o sub-projeto do MMA: "Políticas e Monitoramento do Bioma Cerrado". Esclarece que este sub-projeto é um elemento chave para a implementação da Iniciativa. Além de coordenar e supervisionar a Iniciativa, por meio dele, o Ministério irá elaborar e implementar instrumentos de políticas de conservação ambiental e uso sustentável, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa Cerrado Sustentável. As suas ações se distribuem entre os quatro componentes da Iniciativa (criação e implementação de unidades de conservação, apoio a iniciativas de uso sustentável, formulação de políticas e monitoramento ambiental). Foi exposta a necessidade da CONACER referendar o Comitê da Iniciativa, proposto pelo GT Cerrado antes da criação da CONACER. Este Comitê irá discutir os termos gerais do projeto, participar da seleção dos sub-projetos e acompanhar a sua execução. O Sr. **Mauro Pires** expôs a necessidade de se instalar esse comitê e avaliar a chamada para submissão das notas conceituais dos sub-projetos e iniciar o processo de seleção.

A CONACER aprovou a proposta inicial de composição do Comitê da Iniciativa. Este será coordenado pelo MMA e participarão as seguintes instituições: IBAMA, MDA, EMBRAPA, ABEMA, SBPC, uma ONG de cunho socioambiental, uma ONG de cunho ambiental e o setor empresarial rural. Com base nesta exposição inicial seguiu-se um debate entre os membros presentes, abordando a vários temas relativos à Iniciativa, como a efetividade das metas propostas, a forma e os responsáveis pela avaliação dos sub-projetos e o prazo para a apresentação das notas conceituais.

A seleção dos sub-projetos se dará por meio da seguinte estrutura: o NCP receberá as propostas e realizará uma triagem inicial (analisam admissibilidade), em seguida as propostas serão encaminhadas para uma Câmara Técnica de especialistas, que emitirão seu parecer (analisam mérito). Por fim, o parecer da Câmara Técnica e as propostas pré-selecionadas serão julgadas pelo Comitê da Iniciativa (instância de seleção das propostas e deliberação). De tempos em tempos, o Comitê se reportará à CONACER sobre o andamento do projeto.

#### **4. Oficina de trabalho sobre impactos no Cerrado**

A Sra. **Mercedes Bustamante** (SBPC/Biológicas) e a Sra. **Fabiana de Gois Aquino** (EMBRAPA) falam a respeito das motivações da oficina de trabalho sobre impactos no Cerrado e apresentam sua programação preliminar, que foi construída após várias reuniões. Serão chamados para esta oficina representantes de quatro grandes setores produtivos: pecuária, grãos, cana de açúcar e reflorestamento. Programou-se iniciar com uma exposição de nivelamento, tratando-se dos assuntos de biodiversidade,

recursos hídricos e seus impactos para a região e depois a formação de grupos de trabalho, separados por setores produtivos, de forma a responder a algumas perguntas orientadoras. Algumas das questões formuladas para nortear a oficina foram: quais os valores econômicos e ambientais que induzem e limitam a ocupação e o uso da terra no bioma Cerrado; qual a visão do setor produtivo sobre o que deveria ser feito para minimizar os impactos ambientais negativos no Cerrado; e quais os instrumentos para conciliar desenvolvimento social e econômico e a conservação do Cerrado. A partir das respostas obtidas será redigido um documento para direcionar a agenda de trabalho da CONACER. Com esta oficina pretende-se fazer um apanhado do diagnóstico dos principais impactos ambientais do Cerrado, trabalhar seu prognóstico e a construção de políticas públicas para a conservação e uso sustentável do Cerrado nos próximos dez anos.

O Sr. **Mauro Pires** (SBF/MMA) sintetiza que, com esta oficina, pretende-se traçar as estratégias de construção de uma agenda positiva para diminuir o impacto dos setores produtivos. Com isso, criam-se subsídios para a elaboração da uma Lei de Conservação do Cerrado, nos aproximando dos setores produtivos e trazendo-os para expor suas propostas e discutirmos a viabilidade e a efetividade destas.

Ficou estabelecido que no dia 13 de abril o grupo de trabalho responsável pela oficina e demais membros da CONACER interessados em participar se reunirão na CODEVASP, no Ministério da Integração, para continuar as discussões. A CONACER entende que deve-se continuar com esta proposta de oficina, prevista para ocorrer nos dias 12 e 13 de junho.

Houve um rápido debate sobre os pontos expostos, principalmente quanto à participação de agricultores familiares e outros representantes de setores produtivos na oficina e sobre a coordenação dos grupos de discussão. A Sra. **Mercedes Bustamante** (SBPC/Biológicas) ressalta que a programação apresentada trata-se de um rascunho inicial, e que pode ser reestruturada. Após comentários, passou-se para o ponto seguinte da pauta.

## **5. Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no Cerrado**

A Sra. **Moema Sá** (SQA/MMA) faz uma apresentação sobre o PAC Cerrado com base nas informações que a SQA está processando de todos os 503 empreendimentos do PAC. Ela informa que O MMA está desenvolvendo um sistema informatizado de contato *on-line*, ou seja, o contato entre todos os portais dos estados e todos os ministérios pelo sistema *Web Service* onde se tem acesso imediato aos dados disponíveis em todos os bancos de dados. Isso será disponibilizado à população e aos Ministérios, com forma de acesso diferenciado, de forma que tanto a sociedade quanto os agentes públicos possam gerar seus próprios relatórios em função das preocupações que tem em relação à implantação do PAC. O PAC foi estruturado em três eixos de atuação: infra-estrutura logística (empreendimentos rodoviários, ferroviários, portuários, hidroviários e aeroportuários), área energética (geração de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis) e infra-estrutura social urbana (Projeto Luz para Todos, saneamento, habitação etc). O trabalho desenvolvido pela SQA deu ênfase à parte de infra-estrutura logística e energética, que são os empreendimentos de maior vulto e impacto. Uma das diretrizes deste trabalho foi analisar os empreendimentos individualmente, a fim de identificar suas reais possibilidades de cumprimento do cronograma, visto que alguns empreendimentos ainda não tem licença prévia e deverão estar em operação ao final do PAC. Desta forma, se antevê a possibilidade do PAC não ser implementado em sua integralidade, em função do tempo necessário ao licenciamento.

A palestrante apresenta um mapa com os empreendimentos previstos na área do bioma Cerrado. Este mapa é apenas ilustrativo, pois dispõe de apenas 128 empreendimentos georreferenciados, que são as informações que o MMA conseguiu obter até o momento. Além disso, também se expôs um gráfico com as tipologias que serão implantadas no PAC. A Sra. **Moema Sá** (SQA/MMA) ressalta que foram apresentados apenas informes quantitativos, para se ter uma percepção da presença desses empreendimentos no território.

O Sr. **Sérgio Henrique Carvalho** (IBAMA) sugere que ao analisar o PAC no Cerrado, a CONACER tenha uma visão mais abrangente e integradora, observando não apenas os empreendimentos que estão localizados dentro da área geográfica do Cerrado, mas também aqueles que serão desenvolvidos em outros biomas mas que impactarão o Cerrado. Outro ponto levantado é que, como a grande monta de investimentos hoje vai passar pelo licenciamento estadual e municipal, a CONACER deve desenvolver políticas para fomentar ou melhorar a capacidade institucional dos estados e municípios trabalharem o licenciamento ambiental. Ou seja, a CONACER deve ter uma agenda aberta para traçar uma política de reforço do SISNAMA para o licenciamento em nível estadual e municipal. Por fim, ele propõe que seja aberta uma agenda específica na CONACER para discutir uma visão geral de grandes investimentos e infra-estrutura no Cerrado e como isso pode afetar positivamente ou negativamente a dinâmica de ocupação, a conservação e o desenvolvimento sustentável no Cerrado.

O Sr. **Lúcio Flavo Marini Adorno** (SBPC/Humanas) pede que a CONACER leve em consideração o custo do passivo ambiental para o Cerrado, visto que ele está servindo para estruturas produtivas de outras regiões.

O Sr. **Mauro Pires** (SBF/MMA) agradece a exposição, lembrando que o seu propósito foi dar um panorama para a CONACER sobre os empreendimentos previstos na região do Cerrado. Ele comenta que, pelo exposto, o Cerrado está sendo visto como um grande corredor desses empreendimentos. Ele ainda esclarece que, a partir desse panorama, espera-se convidar alguns outros setores de Governo para que apresentem à CONACER de forma mais detalhada as ações do PAC no Cerrado. Este assunto será retomado no dia seguinte, assim como seus encaminhamentos.

Dia 04/04/07

## **6. Mapa de cobertura vegetal do bioma Cerrado**

O Sr. **Edson Sano** (Embrapa/CPAC) apresentou o Mapa de cobertura vegetal do bioma Cerrado, trabalho coordenado pela Embrapa Cerrados em parceria com as Universidades Federal de Goiás e Federal de Uberlândia, atendendo ao solicitado em edital lançado pelo PROBIO – Projeto de Conservação da Biodiversidade. O mapa foi apresentado na CONABIO, por ocasião da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2006. Ele informou que o trabalho foi bastante intenso, tendo se estendido por mais de dois anos, sendo um grande desafio o de quantificar e mapear as áreas de uso antrópico e de vegetação natural no Cerrado. Na primeira fase do projeto foram mapeadas áreas de vegetação natural diferindo-as das de uso antrópico, tendo sido geradas 172 cartas temáticas na escala de 1:250.000. O Sr. Edson esclareceu que o valor de 61% de cobertura vegetal remanescente no Cerrado – ano base 2002 - advém da média de cobertura vegetal original de cada uma dessas cartas, sendo que em algumas delas as médias são de 11%, 13% no sul do Cerrado, indo até uma média de 90% de remanescentes ou de área preservada na parte norte. As principais dificuldades enfrentadas durante a execução da proposta, segundo o Sr. Edson, deveram-se à utilização de imagens da época seca, nos meses de julho a setembro, em que não se tem

grande ocorrência de nuvens. Pelo fato de ser uma estação seca, as diferentes classes que foram mapeadas também estão secas, conferindo um padrão espectral muito similar entre estas, dificultando sua discriminação. Para tanto, foram utilizadas uma série de informações adicionais, como por exemplo, o censo agropecuário do IBGE, dados topográficos, etc., para ajudar a fazer a diferenciação do que é pastagem nativa e o que é pastagem cultivada. Neste momento, a segunda fase do trabalho encontra-se em seu estágio final, que é o detalhamento do que é antrópico e também das diferentes classes de vegetação primitiva, diferentes classes de cerrado. Para tanto, a legenda utilizada é a do Sistema Brasileiro de Classificação do IBGE.

O Sr. **Andre Stella** (ISPN) indagou sobre o erro de amostragem, se foi estimado, o Sr. Edson explicou que uma equipe independente está indo a campo para fazer tal levantamento, que deverá estar pronto em alguns dias.

O Sr. **Gustavo Henrique** (IBAMA/CNPT) questionou se houve preocupação em se fazer um levantamento sobre qualidade do povoamento levantado, pois a ele preocupa o fato de algumas áreas serem consideradas como de área remanescente uma área hoje degradada com presença de lobeira. Pergunta também por que não foram incluídas outras áreas de cerrado descontínuo, como as de Roraima. O Sr. Edson respondeu que este tipo de levantamento não foi considerado, em função de que não havia sido solicitado pelo edital do PROBIO. A área considerada no levantamento foi a área de cerrado contínuo.

O Sr. **Cesar Victor** (FBOMS) indaga sobre os números apresentados, pois segundo o IBGE, em 95/96 a área remanescente era de 41%, como esse número poderia aumentar, se a tendência que se mostra é a de que cada vez mais outras áreas são incorporadas à agricultura. Sugere que se faça uma auditoria nos números que foram apresentados. O sr. Edson explicou que se o valor referente à pastagem nativa, que é de 13% for considerado como de uso antrópico, o valor seria de 48% de vegetação original, o que é bem próximo do apresentado pela Conservação Internacional, que foi de 45%. É uma questão de conceituação.

O Sr. **José de Oliveira** (FBOMS) questiona sobre o uso de imagens de satélite de 2002 e se foram utilizados outros mapas que fizeram trabalhos semelhantes para servirem de parâmetro. O Sr. Júlio Cesar (DCBio/MMA) respondeu que 2002 seria o ano-base definido para todos os biomas, porque foi o ano para se comparar com as metas de redução de desmatamento a serem verificadas em 2010, estabelecidas pela CDB.

A Sr<sup>a</sup> **Mercedes Bustamante** (SBPC/Biológicas) ressaltou que o problema do número em si parece menor perto do tipo de produto que foi pedido em edital, pois da maneira como foi pedido não atende à necessidade específica de conservação das áreas de Cerrado. Sugere que o foco seja dado, então, ao monitoramento, que poderá a vir ser realizado pelo GEF ou pela Rede COMCERRADO. Sugere que se avance a partir da *expertise* criada com este trabalho. O mais importante seria a ameaça da fragmentação que o Bioma vem sofrendo.

O Sr. **Sérgio Carvalho** (IBAMA) que a CONACER delibere por uma manifestação oficial, por meio de uma moção ou outro instrumento, ou que tenha uma reunião com ponto de pauta específico sobre como a Comissão Nacional do Cerrado vai se posicionar frente a esse dado de 61%, que foi apresentado pelo estudo da Embrapa Cerrados.

Ao final desta apresentação, o Sr. **Mauro Pires** (MMA) sugeriu que a discussão fosse suspensa naquele momento para dar continuidade à próxima apresentação;

agradeceu a exposição do Sr. Edson ao mesmo tempo em que solicitou ajuda da Embrapa nas próximas discussões a esse respeito.

## **7. Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste**

O Sr. **Frederico Valente** (MI) apresentou a palestra sobre o Plano, que surgiu juntamente idéia de se recriar a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). O Plano é uma espécie de balizador das ações da SUDECO, que ainda não foi criada, mas o Plano teve o seu desenho iniciado e tendo sido concluído no final de 2006 (foi feito no prazo de um ano). Há 30 dias foi criado por decreto a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, diretriz para o Plano (com gestão específica para este). Proposta de reorientação no desenvolvimento do Centro-Oeste, que passa da questão econômica para a do desenvolvimento sustentável. Foi feito segundo as mais modernas formas de elaboração de Planos Estratégicos, feito com 6 oficinas em áreas escolhidas, entrevistas realizadas, consultas. Informa que a articulação entre o Plano e os demais existentes, inclusive com o Programa Cerrado Sustentável deve começar a partir de agora.

O Sr. **Mauro Pires** (MMA) observou que nenhum membro da Conacer foi consultado durante a fase de entrevista na elaboração do Plano e de que não parece haver uma integração com o Programa Cerrado Sustentável.

Após o intervalo do almoço, o Sr. Mauro Pires resumiu o que foi decidido no período da manhã: iniciou-se um debate sobre qual é o papel da Conacer diante das ações que existem ou que incidem sobre o Cerrado. Discutiu-se sobre o Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste, sobre as obras previstas no PAC e qual deveria ser a posição da Comissão frente a esses assuntos. O momento foi dedicado para discutir os assuntos apresentados e posicionar a Comissão frente a estes.

O Sr. **Lúcio Flavo (SBPC/Humanas)** colocou sua preocupação em relação ao Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste que em alguns dias estará em vigência, sem no entanto contemplar as diretrizes contidas no Plano Cerrado Sustentável.

A Sr<sup>a</sup> **Mercedes Bustamante** externou preocupação em relação ao uso do Fundo Consitucional do Centro Oeste financiar determinados tipos de empreendimentos; o PAC que prevê recursos para a questão da energia, com peso na região de maior incidência de hidrelétricas no Cerrado. Sugere, assim, câmaras temáticas, chamando especialistas para tornar o debate mais ágil.

O Sr. **Mauro Pires**, então, colocou se seria o caso de se estruturar uma comissão, ou um GT, com a finalidade de avaliar o Plano de Desenvolvimento do Centro Oeste, e também o PAC, apresentando uma pauta de sugestões para a Conacer, deliberar e a Conacer encaminhar as sugestões de readequações do PDCO para o Min. Da Integração e/ou outras esferas de Governo;

O Sr. **Ricardo Melamed (MCT)** lembrou que a questão em relação à apresentação do Sano que é um resultado conflituoso do desmatamento no Cerrado. O edital foi cumprido, talvez devesse ter sido mais bem preparado, que se tenha uma visão do que se quer.

O Sr. **Mauro Pires** esclareceu que o edital para o mapeamento da cobertura vegetal foi extremamente discutido, que foi solicitado que fosse considerado que áreas com pastagens nativas como áreas de remanescente. Quem deveria trazer essas justificativas deveria ser a equipe coordenadora, que não esteve na hora da

apresentação. Sugeriu que a Área de Biodiversidade deveria estar presente para se posicionar sobre os termos de referência da contratação do mapeamento de remanescente do Cerrado. Pediu, então, para chamar o Dr. Bráulio Dias, Diretor de Conservação da Biodiversidade do MMA. O Sr. Mauro Pires informou ao Dr. Bráulio que o que estava sendo debatido na Comissão era o Termo de Referência que contratou o levantamento. A Comissão, então, questiona a posição do MMA, por que é que se solicitou um trabalho nesse formato e por que o MMA chancela o resultado como um mapa oficial e, portanto, o uso que é feito da informação.

**O Sr. Bráulio Dias (DCBio/MMA)** explicou que o que se tem em mãos é o que foi divulgado por ocasião da reunião da Conabio, que é apenas um sumário executivo entregue pela Embrapa Cerrados, uma antecipação dele. O produto ainda não foi entregue, portanto, não se podendo discutir a aceitação por parte do MMA. O Edital previa uma série de termos de referência sobre a natureza dos produtos que deverão ser entregues, o que não ocorreu. A CDB, em 2002, aprovou um plano estratégico com metas globais para redução de perda da biodiversidade, tendo o ano de 2010 com referencial. As metas, por serem globais, são grosseiras, porque sua escala é global, e não se ter uma avaliação país a país. A Conabio, criada em 2003, discutiu isso e decidiu por uma linha de base (2002), a partir da qual se faria o monitoramento. Outro motivo que levou a se trabalhar com o ano de 2002 foi a questão do satélite imageador, o Landsat, que forneceu boas imagens até o ano de 2003. Na época não havia recursos para se fazer em uma escala maior, de 1:50.000, por exemplo, por isso decidiu-se pela de 1:250.000, escala melhor do que a do Radam Brasil. Foi um edital aberto, mas que contou com o acompanhamento do IBGE, que exigiu que se utilizasse a legenda do IBGE, apesar de muitos discordarem com suas legendas; mas era a melhor para se trabalhar em escala nacional. Assim, dentro das possibilidades, das ferramentas disponíveis e da escala de trabalho, que se tentasse tudo que fosse possível identificar como claramente de uso antrópico. A questão é saber se o que está sendo mapeado é remanescente de vegetação natural, e quais são os diferentes níveis de perturbação. Para isso, foi utilizado o critério de legenda composta do IBGE: para os casos em que há um mosaico de usos e de vegetação remanescente – o uso prevalente como primeiro qualificador, mas a legenda composta identifica que há alguns remanescentes dentro. Do contrário, onde áreas que são claramente antropizadas se comportam como fragmentos dentro de uma matriz onde predomina a vegetação natural, a legenda coloca como vegetação natural correspondente como principal. Isso ainda não foi entregue pelo Sano, que são as especificações das tipologias. Assim, ao término do trabalho final, deve-se saber quanto que tem de remanescente, por tipologia, que são as recomendadas para essa escala de trabalho. Ressalte-se que esses produtos têm autoria, é uma encomenda do MMA. Na divulgação desses produtos tem-se que, evidentemente, ressaltar isso. O relatório final tem que detalhar a metodologia utilizada, os critérios, as legendas.

A Sr<sup>a</sup> Mercedes Bustamente reclama que a empresa contratada para fazer o estudo divulgou o resultado de forma adequada, ao que o Sr. Bráulio respondeu que eles estão errados pois ainda não estariam autorizados a falar.

A Sr<sup>a</sup> Mercedes Bustamante ressalta que caberia, então, ao MMA ir a público mostrar a real situação, que não foi bem essa que foi divulgada, que é uma preocupação da Conacer.

O Sr. Bráulio Dias disse que se tem que trabalhar com aproximações sucessivas, havendo possibilidade de recursos financeiros, o processo vai sendo aprimorado. Isso foi uma primeira etapa do que foi possível, para um certo objeto, para uma determinada escala. O MMA tem interesse em dar continuidade ao processo.

## **ENCAMINHAMENTOS:**

- 1.** O Comitê da Iniciativa do GEF Cerrado será coordenado pelo MMA e participarão as seguintes instituições: IBAMA, MDA, EMBRAPA, ABEMA, SBPC, uma ONG de cunho socioambiental, uma ONG de cunho ambiental e o setor empresarial rural.
- 2.** No dia 13 de abril de 2007 o grupo de trabalho responsável pela oficina de trabalho sobre impactos no Cerrado e demais membros da CONACER interessados em participar se reunirão na CODEVASF, no Ministério da Integração, para continuar as discussões sobre a programação. Esta oficina estaria prevista para ocorrer nos dias 12 e 13 de junho de 2007.
- 3.** O Sr. Sérgio Carvalho (IBAMA) propõe que a CONACER delibere por uma manifestação oficial, por meio de uma moção ou outro instrumento, ou que tenha uma reunião com ponto de pauta específico sobre como a Comissão Nacional do Cerrado vai se posicionar frente a esse dado de 61%, que foi apresentado pelo estudo da Embrapa Cerrados. Ficou decidido que a Sr<sup>a</sup> Mercedes começaria a redigir uma carta a ser encaminhada ao Sr. Secretário de Biodiversidade e Florestas solicitando informações acerca do mapeamento que foi realizado, a pedido do PROBIO, pela Embrapa/Cerrados.
- 4.** O Sr. Lúcio Flavo (SBPC/Humanas) sugeriu o estabelecimento de uma oficina de trabalho para que se faça um cruzamento do que é que se revestem essencialmente, programas como o do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, o do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com seus impactos no Cerrado para se saber se estes atendem ao que prevê o Programa Cerrado Sustentável. Assim, por deliberação da maioria, ficou criada uma Câmara Técnica, a ser presidida pelo Ministério da Integração, SBPC, SRH/MMA, ANA, IBAMA, além dos Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes que serão convidados a participarem quando a Câmara considerar oportuno. A Câmara será criada num prazo de 90 dias a contar do dia posterior à esta reunião.
- 5.** O Sr. Lucio Flavo (SPBC/Humanas) sugere que se faça uma espécie de *release* das principais discussões que foram feitas nas reuniões ordinárias e que as mesmas constassem com página na internet ou em outros meios de comunicação. Sugere também que se faça uma oficina de avaliação desse um ano de funcionamento da comissão, dos procedimentos utilizados, de qual prática de discussão utilizada, quais resultados foram alcançados e qual seria o caminho a tomar. Além disso, manifesta preocupação em relação à responsabilidade política da comissão, como por exemplo, em relação ao índice divulgado do mapa de vegetação natural do Cerrado. Sugere que seja feito um pequeno material para fins de divulgação da comissão informando a todos de sua finalidade.

**Encerramento da 6ª Reunião Ordinária da CONACER.**



## **ANEXO 1 – Membros da CONACER presentes à 6ª Reunião Ordinária**

1. Agnaldo Moraes da Silva – MI
2. Belizário Franco Neto – ABEMA
3. Carlos Hugo Suarez Sampaio – MJ
4. César Victor do Espírito Santo – FBOMS
5. Daniela de Freitas F. Russo – MMA/SRH
6. Divani Ferreira de Sousa - MDA
7. Ervanda Timm – APDC
8. Fabiana de Gois Aquino – EMBRAPA
9. Fátima A. De Moura – Rede Cerrado
10. Francisco Carlos da Silva - CONAQ
11. Gilberto Srewe – Organizações Indígenas
12. Hiparidi Top Tiro – Organizações Indígenas
13. Jacobson Luiz R. Rodrigues - MMA/SDS
14. José de Oliveira da Silva – FBOMS
15. Josias Miranda - MAPA
16. Lúcio Flavo Marini Adorno – SBPC/Humanas
17. Maria Luiza B. Alves – MCT
18. Mário Augusto de C. Cardoso - MMA/SDS
19. Mercedes M. C. Bustamante – SBPC/Biológicas
20. Ricardo Melamed - MCT
21. Sérgio Henrique Carvalho – IBAMA

### **Membros do Núcleo Cerrado**

22. Adriana Panhol Bayma
23. Avay Miranda Junior
24. Débora Leite Silvano
25. Eduardo Boucinha Oliveira
26. Glória Araújo Spezia
27. Iona'i Ossami de Moura
28. Mauro Oliveira Pires
29. Patrícia Metzler Saraiva

### **Convidados:**

30. Gustavo Henrique de Oliveira – DISAM/IBAMA
31. Nilo D'Ávila – ISPN/CEBRAC
32. André Stella – ISPN

33. Andrea Lobo - ISPN
34. Roseli Senna Ganem – Câmara dos Deputados, UnB/CDS
35. Hélio J. Cunha – SBF/MMA
36. Márcia maria N. Paes – DCBio/MMA
37. Andreína D'Ayala Valva – DCBio/MMA
38. Luciana A. Zago de Andrade – DCBio/MMA
39. Frederico Valente – SCO/MI
40. Júlio César Roma – DCBio/MMA
41. Moema Sá – SQA/MMA
42. Edson Sano – EMBRAPA
43. Frederico Valente – MI
44. Bráulio Ferreira de Souza Dias - DCBio/MMA